



Prefeitura Municipal de Catas Altas CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

CHAMAMENTO PÚBLICO / Credenciamento

Inexigibilidade de Licitação nº 24/2024

Processo nº 63/2024

Recebimento Inicial do Credenciamento: 14/05/2024 às 08:00h

Local: Casa do Professor – Praça Monsenhor Mendes, nº 246, Centro Catas Altas – MG.

Período de Credenciamento: A partir de **14/05/2023** até **31/12/2024** – de 08:00h às 10:00h e das 13:00h às 15:00h no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Catas Altas/MG – Praça Monsenhor Mendes, nº 136.

Esclarecimentos: Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail abaixo identificado.

Impugnações: Dirigidas diretamente ao **Agente de Contratação** e enviadas eletronicamente pelo interessado para o endereço eletrônico, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format).

Departamento de Licitações

Endereço eletrônico: agentecontratacao@catasaltas.mg.gov.br

Telefone: (31) 3832-7113

CONSULTAS DO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Na internet sítio: <https://transparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes>

O **MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 01.612.370/0001-42, representado pelo Prefeito, Sr. Saulo Moraes de Castro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº M-1.271.600, expedida pela SSP/MG e CPF nº 280.377.316-34, residente e domiciliado em Catas Altas/MG, através da designação do Agente da Contratação e Equipe de Apoio, nomeado pelo Decreto nº 528/2024 de 09/04/2024, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o presente credenciamento fulcrado artigo 6º, XLIII c/c artigo 79, inciso I e seguintes da Lei Federal nº 14133/2021, Lei Complementar 123/2006, nº 147/2014, e nº 155/2016, Lei Geral Municipal nº 324/2023 e Decreto Municipal nº 1714/2012, nº 318/2023, Resoluções/CD/FNDE nº 06/2020, nº 20/2020 e nº 21/2021, Leis Federais nº 11.947/2009, nº 12.695/2012, Decreto nº 9.064/2017, Portaria Saf/Mapa nº 242/2021 e alterações, conforme às normas previstas neste instrumento editalício e seus anexos.

1. OBJETO

1.1. O objeto deste edital é o credenciamento por Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrúti e quitandas) provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural de forma parcelada, destinados a preparação e distribuição da merenda escolar dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nas Unidades Escolares Municipais, conforme a demanda futura e incerta da Secretaria Municipal de Educação, edital e /seus anexos.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

2. CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste chamamento público para Credenciamento, pessoas físicas ou jurídicas enquadradas na Lei Federal nº 11.326/2006, Decreto Federal nº 9.064/2017 e Portaria SAF/MAPA nº 242/2021, a saber: Agricultores Familiares; Cooperativa(s) Singular(es) de Agricultura Familiar; Cooperativa(s) Central(is) de Agricultura Familiar; e Associação(ões) de Agricultura Familiar que satisfaçam as exigências e condições previstas para habilitação, conforme instrumento editalício e seus anexos.

2.2. O presente credenciamento permanecerá aberto **até 31 de dezembro 2024**, as interessadas a qualquer momento, poderão solicitá-lo junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal.

a) Os pedidos de Credenciamento e a documentação das interessadas, deverão ser entregues pessoalmente ou por representante legal estabelecido por procuração no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal.

2.3. É facultado as interessadas apresentarem um representante legalmente constituído para o credenciamento, devidamente munido de documento de identidade original ou outro documento equivalente com foto, conforme modelo constante do Anexo III do edital.

2.6. A apresentação da documentação por parte das interessadas para a adesão ao credenciamento, torna implícita a sua concordância integral com os termos constantes deste instrumento editalício e seus anexos.

3. DO VALOR

3.1. O valor estimado para execução do objeto será de **R\$ 133.452,80 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)**, rateado entre as credenciadas, conforme projeto de venda e condições estabelecidas no edital.

4. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

4.1. Os interessados em aderir ao credenciamento deverão apresentar os documentos no interior do envelope de “Documentação” em cópias xerográficas, autenticadas por cartório, publicação em órgão da imprensa oficial ou acompanhadas dos originais para a conferência e autenticação por servidor da administração municipal, conforme descrição a seguir:

4.1.1. Do Fornecedor Individual, detentor de Declaração de Aptidão ao Pronaf–DAP/CAF Física, não organizado em grupo:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) Carteira de Identidade;
- c) Extrato da DAP/CAF Física do Agricultor Familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- d) Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas para as quitadas (Termo de aprovação emitido pela responsável técnica da Secretária Municipal de Educação, conforme Decretos Municipais nº 2349/2014 e 2477/2017);
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria relacionada no projeto de venda, conforme o modelo constante do Anexo IV.

4.1.2. Do Grupo Informal, detentor de Declaração de Aptidão ao Pronaf–DAP/CAF Física, organizado em grupo:



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF de cada participante;
- b) Carteira de Identidade de cada participante;
- c) Extrato da DAP/CAF Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
- d) Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas para as quitadas (Termo de aprovação emitido pela responsável técnica da Secretaria Municipal de Educação, conforme Decretos Municipais nº 2349/2014 e 2477/2017);
- e) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda, conforme o modelo constante do Anexo V.

4.1.3. Do Grupo Formal, detentor da Declaração de Aptidão ao Pronaf–DAP/CAF Jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Extrato da DAP/CAF Jurídica para associações ou cooperativas, emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias;
- c) Prova de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do INSS;
- d) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço–FGTS;
- e) Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados e cooperados, conforme o modelo constante do Anexo V;
- g) Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados e associados, conforme modelo constante do Anexo VI;
- h) Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas para as quitadas (Termo de aprovação emitido pela responsável técnica da Secretaria Municipal de Educação, conforme Decretos Municipais nº 2349/2014 e 2477/2017).

5. TERMO DE ADESÃO / PROJETO DE VENDA

5.1. Apresentar Termo de Adesão/ Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar, com assinatura do agricultor participante (assinatura de *todos os agricultores* participantes no caso de grupo), conforme o modelo constante do Anexo VII.

5.1.1. Ser formulado em 01 (uma) via, contendo a identificação, o nome, o CPF e nº da DAP/CAF Física de cada agricultor familiar fornecedor/ agricultor representante, quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP/CAF Jurídica da organização produtiva, quando se tratar de Grupo Formal, datada, assinada por seu representante legal e discriminação integral dos itens ofertados.

5.2. A previsão de quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base em cardápios elaborados pela nutricionista da Secretaria Municipal de Educação e executados pelas escolas;

5.3. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata.

5.4. O preço de compra dos gêneros alimentícios será o preço determinado por esta Prefeitura, com base na realização de pesquisa de preços de mercado.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

6.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado e grupo de propostas do País.

6.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;

II – O grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

III – O grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

IV – O grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

6.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);

b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, têm prioridades organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

II – Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III – Os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

a) no caso de empate entre Grupos Formais, têm prioridades organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6.4 Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 6.1 e 6.2.

6.5. Não haverá disputa de preço, sendo estabelecido como preço de aquisição os resultados médios demonstrados no Termo de Referência.

7. CREDENCIAMENTO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Estarão credenciados todos os licitantes que cumprirem as condições de habilitação estipuladas no edital.

7.2. A credenciada terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação por e-mail, para comparecer na sede da PMCA, no Departamento de Compras, para assinatura do contrato, sob pena de decair o seu direito, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

justificada do adjudicatário e aceite da Administração.

7.4. O contrato poderá ser assinado mediante a utilização de assinaturas digitais por meio de certificados digitais emitidos por autoridade certificadora (*Obs. a assinatura digital deve ser efetuada em todas as páginas do documento*).

7.5. Os contratos administrativos decorrentes deste credenciamento terão a vigência a partir da data de sua assinatura e término em 31/12/2024, podendo ser prorrogados, mediante interesse do município e termos de aditamentos, até o limite de 60 (sessenta) meses, fulcrado na Lei nº 14.133/2021.

7.6. *É vedada a subcontratação, cessão e sub-rogação do contrato.*

8. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

8.1. O processo de análise e o resultado final serão homologados pela Autoridade Superior.

8.2. A lista das credenciadas, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio dos sítios eletrônicos e será publicada no Diário Oficial do Município.

8.3. A homologação do requerimento vincula a credenciada, sujeitando-a, integralmente, às condições estabelecidas no edital.

8.4. A adesão de credenciadas ao longo da vigência do credenciamento terá efeitos em relação apenas ao período remanescente de vigência.

9. CLASSIFICAÇÃO

9.1. O Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, após análise da documentação das participantes, e verificada sua regularidade, **ordenará que seja realizado um sorteio para se apurar a ordem de classificação das credenciadas para fins de contratação e prestação dos serviços**, obedecendo o seguinte critério:

a) O(A) Agente de Contratação convocará os(as) habilitados(as) para a sessão pública de sorteio destinado à elaboração do rol de credenciados(as), sendo que a relação numerada obedecerá ao critério de ordem de sorteio;

b) A sessão pública de sorteio para elaboração do rol dos(as) credenciados(as) será realizada no Departamento de Licitações, em data e horário previamente designado, comunicado aos participantes e publicado no Diário Oficial do Município Mineiros e no portal transparência do município;

c) Após realizado o sorteio o resultado será publicado no Diário Oficial do Município Mineiros e no portal transparência do município a relação por ordem;

d) A relação numerada dos(as) credenciados(as) será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo(a) primeiro(a) sorteado(a);

e) Aqueles(as) que forem credenciados(as) após o prazo inicial de envio de documento previsto neste edital, entrarão no final da ordem da lista de atendimento estabelecida pelo sorteio;

f) Havendo descredenciamento, sua posição será ocupada pela próxima na ordem de classificação, reordenando os(as) demais;

f) A forma para a realização do sorteio, será com a colocação em um único recipiente de papéis cortados em tamanho único, dobrados e previamente preenchidos com o nome dos(as) credenciados(as), onde os(as) próprios(as) credenciados(as) serão convidados(as) a efetuar o sorteio;

g) Em cada retirada para a definição da sequência, deverá ser mostrado e lido em voz alta o nome do(a) credenciado(a) sorteado(a) a todos os presentes, sendo registrado em ata pelo(a) Agente de Contratação;

h) O(A) Agente de Contratação avaliará os casos omissos, considerando sempre o interesse público;



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

- i) É assegurada a rotatividade entre os(as) credenciados(as), sempre excluída a vontade da administração na determinação por credenciado(a), inclusive entre as que já estão credenciados(as);
- j) O(A) Agente de Contratação observada a periodicidade máxima de 12 (doze) meses complementar e publicará novas listas, nas quais constarão os(as) novos(as) credenciados(as) que tenham sido classificados(as), obedecendo-se à rotatividade necessária para prestação dos serviços.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/CAF Familiar/ano/entidade executora, nos termos do artigo 1º, da Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021–FNDE, e obedecerá às seguintes regras:

I – Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/Ano/EEEx.

II – Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 40.000,00.

11. HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

11.1. O Município poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

11.2. Descumprir as obrigações previstas neste instrumento editalício e no contrato administrativo.

11.3. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que não pendentes ordens de compra.

11.4. As justificativas deverão ser entregues ao fiscal do contrato para o devido registro.

11.5. Não mantiverem as condições de habilitação exigidas neste Credenciamento.

11.6. Mediante requerimento justificado pela prestadora de serviço credenciada.

12. VEDAÇÕES

a) De pessoas jurídicas que estejam em situação irregular perante os órgãos competentes;

b) Aquelas que tiverem sido declaradas suspensas ou impedidas de contratar com a Administração ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do artigos 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelas partes, salvo casos fortuitos ou de força maior, a parte infratora responderá pelas sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14133/21 e Decreto nº 318/2023 de 17 de abril de 2023, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal cabíveis.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

14. REAJUSTE / REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

14.1. Os preços ofertados são fixos e irrevogáveis durante o período de vigência da proposta 60 (sessenta) dias. O(A) licitante deverá prever a variação do preço do produto entre as safras para não ofertar produto com valor suscetível de alteração e reajuste em curto prazo.

14.2. O reajustamento do preço, quando cabível, se dará em conformidade com o IGP-M, com periodicidade de 12 meses, cuja data-base de sua concessão será a data do orçamento estimado elaborado pela Secretaria Requisitante, nos termos do art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

14.3. O reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação do contrato, quando cabíveis, serão realizados nas formas prescritas na Lei 14.133/2021.

15. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

15.1. O edital pode ser impugnado por qualquer cidadão até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento da documentação de habilitação, por qualquer cidadão ou licitante, nos termos do artigo 164, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16. RECURSO

16.1. Contra o deferimento ou indeferimento do credenciamento, caberá recurso dirigido à comissão julgadora do credenciamento.

16.2. O recurso, sob pena de inadmissibilidade, deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias úteis conta dos da decisão recorrida.

16.3. O Recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.4. Para efeitos de contagem do prazo previsto no item anterior, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, conforme previsto no artigo 183 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia que não houver expediente na repartição competente ou se este se encerrar mais cedo do que de costume.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A eficácia deste instrumento editalício está vinculada à publicação do extrato na imprensa oficial do município, sendo esta de responsabilidade do Contratante.

17.2. A participação da interessada no Credenciamento implica a aceitação das condições constantes deste edital e dos anexos que o integram.

17.3. A credenciada deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do credenciamento, observada a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais.

17.4. Na hipótese de descumprimento do item acima, a Administração notificará a credenciada para, no prazo de até 03 (três) dias úteis, restaurar as condições de habilitação.

17.5. Findo o prazo previsto no item anterior, a Administração descredenciará a credenciada que permanecer em situação irregular, observada o devido processo administrativo, que permite o contraditório e a ampla defesa.

17.6. É facultada a promoção de diligências ou reuniões destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do credenciamento, ou solicitar esclarecimentos adicionais as interessadas, que deverão



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

ser satisfeitos no prazo estabelecido.

18. ANEXOS

Anexo I – ETP – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar (Fornecedor Individual);

Anexo V – Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Organizações Fornecedoras;

Anexo VI – Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Atendimento do Limite Individual de Venda dos Cooperados/Associados;

Anexo VII – Modelo de Termo de Adesão / Projeto de Venda;

Anexo VIII – Minuta de Contrato.

Catas Altas, 18 de abril de 2024.

Saulo Morais de Castro
Prefeito



Prefeitura Municipal de Catas Altas **CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA**

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DO PROCESSO PARA AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AO PNAE

INTRODUÇÃO

Este documento tem a finalidade de apresentar estudos e justificativas coerentes para o credenciamento e aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar – hortifruti e quitandas, para o Programa de Alimentação Escolar – PNAE, conforme a Lei FNDE 11.947, de 16 junho de 2009 e de acordo com a nova lei de licitações, nº 14.133/21. O objetivo principal do documento é detalhadamente a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública fomentando-a e resguardando-a com informações seguras e fidedignas.

Com mais de 60 anos de existência, o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, atende os alunos de toda a rede pública da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional.

O Programa é regido pela [Lei nº 11.947, de 16/6/2009](#) e Resoluções do FNDE. Tais legislações possibilitaram a expansão do atendimento de alimentação escolar a todos os alunos da educação básica brasileira (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – EJA); o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional de forma transversal no projeto político pedagógico das escolas; e a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para as escolas por meio da obrigação de que toda prefeitura/secretaria estadual de educação invista 30% dos recursos federais da alimentação escolar à compra de produtos diretamente da agricultura familiar, medida que promove a inclusão de alimentos produzidos perto das escolas, estimulando circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável das comunidades.

A inclusão de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar gera aumento da renda e da produtividade dos agricultores, melhorando as condições de vida e garantindo o sustento, afirmando uma política pública de qualidade.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os interessados no credenciamento devem apresentar:

- DAP ou CAF dentro da validade
- Prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas para as quitandas (Termo de aprovação emitido pela responsável técnica da Secretária Municipal de Educação, conforme Decretos Municipais nº 2349/2014 e 2477/2017)
- Documentação pessoal e bancária em nome do contratado.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

A análise dos valores de mercado dos produtos foi realizada com parâmetros de preços em



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

comércio varejista local, feiras da agricultura familiar e com os próprios produtores rurais, onde foram registrados três ou mais orçamentos para que fosse realizado um valor médio, no qual servirá de parâmetro para preço de referência. Foi avaliado o custo de produção e transporte.

ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço dos insumos/materiais desta licitação encontra-se junto a descrição dos produtos, no termo de referência ou em tabela anexa ao processo.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DAS COMPRAS

Por se tratar de uma chamada para atendimento anual, os alimentos serão solicitados de forma parcelada, respeitando-se a sazonalidade e a capacidade de produção dos agricultores, **conforme cronograma de entrega mensal (entregas com periodicidade semanal)**, seguidos de ordem de fornecimento pós entrega gerada pela contratante e entregue para a contratada impresso ou por escrito, ficando o transporte a encargo da contratante. As entregas serão agendadas para as segundas-feiras de cada semana.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Constituem obrigações da Contratada:

- a) Fornecer os produtos e serviços dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e de acordo com as especificações contidas no termo de referência;
- b) Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, encargos trabalhistas e sociais, bem como, acidentes de trabalho, não gerando nenhum vínculo, ficando o Contratante isento de qualquer reclamação decorrente deste;
- c) Manter durante a vigência do contrato as condições exigidas para habilitação.

Constituem obrigações do Contratante:

- a) Fiscalizar a entrega dos materiais ora licitados;
- b) Não receber materiais em desacordo com o previsto no edital, podendo rescindir o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;
- c) Efetuar os pagamentos nos prazos previstos neste termo de referência;
- d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

DAS ENTREGAS

Os produtos serão recolhidos nas propriedades familiares pelo veículo de transporte da Secretaria de Educação, cabendo ao produtor familiar a aferição e registro das quantidades solicitadas previamente pela Nutricionista. Em caso de impossibilidade do recolhimento, devido a motivos diversos ou de força maior, poderá ser solicitado ao produtor que realize a entrega diretamente na Secretaria de Educação.

Maria Irene Celino de Carvalho Mendes
Nutricionista Responsável Técnica – PNAE

Alda Batista de Oliveira
Secretária Municipal de Educação



Prefeitura Municipal de Catas Altas CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Credenciamento por Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrúti e quitandas) provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural de forma parcelada, destinados a preparação e distribuição da merenda escolar dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nas Unidades Escolares Municipais, conforme a demanda futura e incerta da Secretaria Municipal de Educação, edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O objetivo do programa de alimentação escolar, executado pelo FNDE em parceria com o município de Catas Altas na forma de gestão centralizada (entrega de alimentos diretamente nas escolas) é oferecer alimentação saudável e adequada, utilizando alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica, além de promover geração de renda aos Agricultores Familiares do Município de Catas Altas e Região.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / TABELA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ITEM	CÓD.	QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO DE AQUISIÇÃO
01	24391	800	Kg	ALFACE (média de 05 pés por kg)	R\$ 14,90
02	15293	2.000	Kg	BANANA NANICA MADURA (caturra) em ponto de consumo.	R\$ 6,52
03	24394	400	Kg	CEBOLINHA (média de 05 molhos grandes por kg)	R\$ 14,71
04	24392	800	Kg	COUVE MANTEIGA (média de 04 molhos por kg)	R\$ 13,93
05	11626	800	Kg	MANDIOCA Descascada, picada.	R\$ 9,90
06	24395	800	Kg	QUITANDA CASEIRA KG Biscoito de polvilho, rosquinha, biscoito tipo tareco, broinha, etc. (Cotação por quilo de quitanda)	R\$ 33,49
07	25421	400	Kg	SALSINHA (média de 06 molhos por kg)	R\$ 14,80
08	29322	600	Un.	ABACAXI	R\$ 7,26
09	28283	200	Kg	ESPINAFRE (02 molhos por kg)	R\$ 8,99
10	20939	14.000	Un.	QUITANDA CASEIRA PORÇÃO UNITÁRIA – 50 G (pão, bolo, porção de rosquinha)	R\$ 2,20
11	3645	300	Kg	TEMPERO ALHO E SAL	R\$ 19,41
12	27529	2.800	Un.	MEL EM SACHÊ (10 g a unidade)	R\$ 0,96
13	27509	30	Kg	FUBÁ DE MOINHO D'ÁGUA	R\$ 5,84



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

14	27533	20	KG	CANJIQUINHA	R\$ 5,59
15	27939	1.500	Un.	MILHO VERDE NA PALHA AGRICULTURA FAMILIAR Milho verde em espiga (unidade), macio, pronto para consumo cozido.	R\$ 1,83
16	22011	350	L	JABUTICABA Fruta da época	R\$ 4,50
17	25420	80	Kg	REPOLHO AGRICULTURA FAMILIAR Verde ou roxo.	R\$ 3,66
18	26362	80	Kg	CENOURA AGRICULTURA FAMILIAR	R\$ 5,95

4. ENTREGA

4.1. Os produtos serão recolhidos nas propriedades familiares pelo veículo de transporte da Secretaria de Educação, cabendo ao produtor familiar a aferição e registro das quantidades solicitadas previamente pela Nutricionista. Em caso de impossibilidade do recolhimento, devido a motivos diversos ou de força maior, poderá ser solicitado ao produtor que realize a entrega diretamente na Secretaria Municipal de Educação.

4.2. Os alimentos serão solicitados de forma parcelada, respeitando-se a sazonalidade e a capacidade de produção dos agricultores, conforme cronograma de entrega mensal (entregas com periodicidade semanal) e ordem de fornecimento emitidas em até 05 (cinco) dias corridos com a antecedência a data de entrega. As entregas serão agendadas para as segundas-feiras de cada semana.

4.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos e aceitos pela Administração.

4.3.1. Para os fins previstos neste item o(a) Contratado(a) deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

4.4. Os produtos deverão ser entregues frescos, íntegros, tamanhos uniformes, sem manchas, apropriados para consumo, conforme o caso, em embalagens adequadas e nos dias e horários definidos pela fiscal do contrato.

4.5. Os produtos entregues de má qualidade ou que não atenderem às especificações solicitadas, serão devolvidos imediatamente a Contratada para substituição.

5. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. As dotações orçamentárias serão as constantes do orçamento do exercício vigente, nas rubricas a seguir e sucessivas correspondentes da Secretaria Municipal de Educação:

02.03.003 12.306 3004 2.051 3.3.90.30.07 – Despesa Principal nº 201 – Desdobrada nº 1492;

02.03.003 12.306 3004 2.051 3.3.90.30.07 – Despesa Principal nº 202 – Desdobrada nº 1496.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias posteriores ao fornecimento dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal com aceite da Secretaria Municipal de Educação.

6.2. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondentes(s) regularização(ões).

6.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão municipal, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

6.4. Para receber seus créditos o(a) Contratado(a) deverá comprovar a regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação.

6.5. A administração da PMCA, reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

6.6. Nenhum outro pagamento será devido pelo município ao(a) Contratado(a), seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que o(a) Contratado(a) é o(a) único(a) responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações do(a) Contratado(a):

- a) Atender a todas as exigências legais e regulatórias, em especial, ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis;
- b) Fornecer os produtos e serviços dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e de acordo com as especificações contidas no termo de referência;
- c) Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão competente da Prefeitura Municipal, que terá em vista impor rigorosa execução do ajuste;
- d) Manter durante o período de vigência contratual as condições exigidas para habilitação;
- e) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio da Contratada;
- f) Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, encargos trabalhistas e sociais, bem como, acidentes de trabalho, não gerando nenhum vínculo, ficando o Contratante isento de qualquer reclamação decorrente deste.

7.2. Obrigações do Contratante:

- a) Emitir as Ordens de Fornecimento;
- b) Fiscalizar a entrega dos produtos;
- c) Efetuar os pagamentos nos prazos previstos no edital;
- d) Não receber produtos em desacordo com o previsto no edital, podendo rescindir o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;
- e) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

8. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Fica indicada para fiscalizar a execução do contrato, a Sra. Maria Irene Celino Carvalho, Nutricionista, endereço eletrônico: nutricionista@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31)3832-7243, para acompanhar e fiscalizar a aquisição do objeto, adotando procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas deste instrumento e disposições legais.

8.2. Fica indicada como gestora, a Sra. Alda Batista de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, endereço eletrônico: educacao@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31)3832-7243.

8.3. A ação da fiscalização não exonera o(a) Contratado(a) de suas responsabilidades e obrigações estabelecidas neste instrumento.

9. RESCISÃO

9.1. O não-cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no edital, ou, ainda, a ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133/21, ensejará a rescisão do contrato e o descredenciamento pelo município de Catas Altas.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. As credenciadas não terão nenhum vínculo empregatício com o município de Catas Altas, sendo de exclusiva responsabilidade dos mesmos as despesas com previdências, seguros e outras de natureza trabalhista, e quaisquer outros encargos que forem devidos referentes aos serviços prestados.
- 9.2. O edital poderá ser impugnado no prazo e nos termos estabelecidos na Lei nº 14.133/21.
- 9.3. A inscrição no edital público implicará na aceitação das normas do mesmo.
- 9.4. As documentações, bem como as informações apresentadas pelo(a) credenciado(a), são de total responsabilidade do(a) mesmo(a).
- 9.5. A documentação apresentada fora do prazo, ou de forma incompleta ou ilegível ou em formato distinto do previsto no edital e seus anexos serão desconsideradas.
- 9.6. A falsidade documental, ainda que constatada posteriormente à realização do credenciamento, implicará na eliminação sumária do proponente, sendo declarados nulos de pleno direito a Seleção/Classificação e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções em apreciação administrativa e/ou judicial.
- 9.7. Para melhores esclarecimentos, entre em contato com a Secretaria Educação pelo telefone (31)3832-7243 ou e-mail; nutricionista@catasaltas.mg.gov.br.
- 9.8. Aplica-se ao presente edital de Credenciamento os dispositivos da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site www.catasaltas.mg.gov.br, bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

Maria Irene Celino de Carvalho Mendes
Nutricionista Responsável Técnica – PNAE

Alda Batista de Oliveira
Secretária Municipal de Educação



Prefeitura Municipal de Catas Altas CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

ANEXO III

TIMBRE DA EMPRESA/PRODUTOR

(Nome da empresa/produtor, CNPJ/CPF e endereço)

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) Sr.(a) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **OU** a (razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, nº _____, bairro _____ em _____/UF, nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) Sr.(a) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, a quem confere amplos poderes para representar perante o município de Catas Altas na sessão pública do **Credenciamento/Chamamento Público, Inexigibilidade de Licitação nº 24/2024, Processo autuado nº 63/2024**, no(a) qual está autorizado(a) a requerer vistas de documentos, manifestar-se, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar contrato, prestar os esclarecimentos solicitados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, enfim, apresentar a documentação exigida no instrumento editalício e seus anexos, e praticar os demais atos, em nome do(a) outorgante.

Local e data.

Nome e assinatura do(a) credenciado(a)



Prefeitura Municipal de Catas Altas
CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

ANEXO IV

TIMBRE DO PRODUTOR
(Nome do produtor, CPF e endereço)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA
DO AGRICULTOR FAMILIAR (FORNECEDOR INDIVIDUAL)**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

REF.: Credenciamento/Chamamento Público – Inexigibilidade nº 24/2024 – Processo nº 63/2024

Eu, _____, CPF nº _____ e DAP ou CAF física nº _____, declaro, para fins de participação no **Credenciamento/Chamamento Público, Inexigibilidade nº 24/2024, processo autuado nº 63/2024**, para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para alimentação dos alunos da educação básica, matriculados nas escolas municipais, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados na proposta de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

Local, data.

Nome e assinatura do representante legal



Prefeitura Municipal de Catas Altas
CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

ANEXO V

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA DO AGRICULTOR
FAMILIAR PARA ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

REF.: Credenciamento/Chamamento Público – Inexigibilidade nº 24/2024 – Processo nº 63/2024

Eu, _____ representante da Cooperativa/Associação _____, com CNPJ nº _____ e DAP/CAF Jurídica nº _____ declaro, para fins de participação no **Credenciamento/Chamamento Público, Inexigibilidade nº 24/2024, processo autuado nº 63/2024**, para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para alimentação dos alunos da educação básica, matriculados nas escolas municipais, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados na proposta de venda são oriundos de produção dos cooperados/associados que possuem DAP/CAF física e compõem esta cooperativa/associação.

Local, data.

Nome e assinatura do representante legal
(Carimbo do Grupo Formal)



Prefeitura Municipal de Catas Altas
CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO
ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS
COOPERADOS/ASSOCIADOS**

O(A) (nome do Grupo Formal) _____, CNPJ nº _____,
DAP/CAF _____ jurídica nº _____ com sede
_____, neste ato representado(a) por (nome do
representante legal de acordo com a Proposta de Venda) _____, portador
(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, CPF nº _____, nos termos do
Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de
gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o
quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/CAF / ANO
CIVIL / ÓRGÃO COMPRADOR referente à sua produção, conforme Resolução nº 21, de 16 de
novembro de 2021.

Local, data.

Nome e assinatura do representante legal
(Carimbo do Grupo Formal)



Prefeitura Municipal de Catas Altas
CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

ANEXO VII

TIMBRE DA EMPRESA/PRODUTOR

(Nome, CNPJ/CNPJ e endereço)

MODELO DE TERMO DE ADESÃO / PROJETO DE VENDA

À

Prefeitura Municipal de Catas Altas

A/C.: Agente de Contratação

Credenciamento/Chamamento – Inexigibilidade nº 24/2024 – Processo nº 63/2024

(Pessoa Física) Nome _____ Rua/Avenida _____, nº _____, bairro _____ em _____/UF, CEP _____, endereço eletrônico: _____ e telefone(s): _____, **OU** (Pessoa Jurídica) _____, CNPJ nº _____, sediada na Rua/Avenida _____, nº _____, bairro _____ em _____/UF, CEP _____, endereço eletrônico: _____ e telefone(s): _____, por intermédio de seu(s) representante(s) legal(is), Sr.(a) _____, brasileiro, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº _____, SSP/UF e CPF nº _____, vem manifestar o seu interesse fornecimento, conforme indicado neste:

Declaramos para os devidos fins que conhecemos e nos submetemos a todas as exigências do edital de credenciamento e que o possui todas as exigências contidas no edital e seus anexos.



Prefeitura Municipal de Catas Altas
CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

MODELO PARA GRUPO FORMAL:

TERMO DE ADESÃO / PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE				
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO CREDENCIAMENTO / CHAMAMENTO PÚBLICO				
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES				
GRUPO FORMAL				
Nome do Proponente			CNPJ	
Endereço				
E-mail		DDD/Fone		
Nº DAP/CAF Jurídica				
Nome do Banco: _____, Ag.: _____, C/C.: _____.				
Nº de Associados		Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		Nº de Associados com DAP Física
Nome do representante legal		CPF		DDD/Fone
Endereço				
II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC				
Nome da Entidade: Prefeitura Municipal de Catas Altas			CNPJ: 01.612.370/0001-42	
Endereço: Praça Monsenhor Mendes, 136, Centro, Catas Altas/MG, CEP 35969-000.				DDD/Fone: (31) 3832-7243
Nome do representante: Saulo Morais de Castro			CPF: 280.377.316-34	
III – RELAÇÃO DE PRODUTOS				
Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Total:				
OBS.: * Preço publicado no Edital				
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Formal		Fone/E-mail:



Prefeitura Municipal de Catas Altas
CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

MODELO PARA GRUPO INFORMAL:

TERMO DE ADESÃO / PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE						
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO CREDENCIAMENTO / CHAMAMENTO PÚBLICO						
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES						
GRUPO INFORMAL						
Nome do Representante do Grupo			CPF			
Endereço						
E-mail			Fone			
Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não		Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		E-mail/Fone		
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES						
Nome do Agricultor(a) Familiar	CPF	DAP/CAF	Banco	Nº Agência	Nº Conta-Corrente	
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
Nome da Entidade: Prefeitura Municipal de Catas Altas			CNPJ: 01.612.370/0001-42			
Endereço: Praça Monsenhor Mendes, 136, Centro, Catas Altas/MG, CEP 35969-000.					DDD/Fone: (31) 3832-7243	
Nome do representante: Saulo Morais de Castro			CPF: 280.377.316-34			
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS						
Identificação do Agricultor(a) Familiar	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total por Agricultor
Total do Projeto:						
OBS.: * Preço publicado no Edital						
IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO						
Produto		Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

Total do Projeto:				
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				
Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Informal		Fone/E-mail: CPF:	
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal		Assinatura	



Prefeitura Municipal de Catas Altas CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

MODELO PARA FORNECEDORES INDIVIDUAIS:

TERMO DE ADESÃO / PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE				
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO CREDENCIAMENTO / CHAMAMENTO PÚBLICO				
I – IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR				
FORNECEDOR(A) INDIVIDUAL				
Nome do Proponente			CPF	
Endereço				
Nº da DAP Física			DDD/Fone	E-mail (quando houver)
Banco	Nº da Agência		Nº da Conta-Corrente	
II – Relação dos Produtos				
Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Total:				
OBS.: * Preço publicado no Edital				
III – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC				
Nome da Entidade: Prefeitura Municipal de Catas Altas			CNPJ: 01.612.370/0001-42	
Endereço: Praça Monsenhor Mendes, 136, Centro, Catas Altas/MG, CEP 35969-000.				DDD/Fone: (31) 3832-7243
Nome do representante: Saulo Moraes de Castro				CPF: 280.377.316-34
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.				
Local e Data:		Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:	



Prefeitura Municipal de Catas Altas
CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2024

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS E O(A) _____.

O **MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 01.612.370/0001-42, com sede na Praça Monsenhor Mendes, nº 136, Centro em Catas Altas/MG, neste ato, representado pelo Prefeito, Sr. Saulo Moraes de Castro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº M-1.271.600, expedida pela SSP/MG e CPF nº 280.377.316-34, residente e domiciliado em Catas Altas/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, o Sr.(a) _____, brasileiro(a), estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela SSP/____, CPF nº _____, residente na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____ em _____/UF, CEP _____, endereço eletrônico: _____ e telefone(s): _____, **OU** a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____ em _____-UF, CEP _____, endereço eletrônico: _____ e telefone(s): _____, neste ato, representada por seu(a) _____, Sr.(a) _____, brasileiro(a), estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela SSP/____, CPF nº _____, residente na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____ em _____/UF, CEP _____, doravante denominada **CONTRATADA(O)**, têm entre si, celebrado o presente contrato em decorrência do **Edital de Credenciamento/Chamamento Público, Inexigibilidade de Licitação nº 24/2024, processo autuado nº 63/2024**, fulcrado artigo 6º, XLIII c/c artigo 79, inciso I e seguintes da Lei Federal nº 14133/2021, Lei Complementar 123/2006, nº 147/2014, e nº 155/2016, Lei Geral Municipal nº 324/2023 e Decreto Municipal nº 1714/2012, nº 318/2023, Resoluções/CD/FNDE nº 06/2020, nº 20/2020 e nº 21/2021, Leis Federais nº 11.947/2009, nº 12.695/2012, Decreto nº 9.064/2017, Portaria Saf/Mapa nº 242/2021, mediante as cláusulas e condições elencadas.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento é a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrúti e quitandas) provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural de forma parcelada, destinados a preparação e distribuição da merenda escolar dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nas Unidades Escolares Municipais, conforme a demanda futura e incerta da Secretaria Municipal de Educação, edital, anexos e projeto de venda que integra este contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO CONTRATO

2.1. Dá-se ao presente contrato o valor estimado de R\$ _____ (_____), rateados entre todos os(as) credenciados(as), correspondente à prestação de serviços, para todos os fins e efeitos legais.

2.2. O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais para a alimentação escolar será no valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) por Declaração de Aptidão ao Pronaf–DAP ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE.

2.3. A(s) Contratada(s) deverá(ão) informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, os valores individuais de venda dos participantes do projeto de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, no máximo 30 (trinta) dias, posterior a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

ITEM	CÓD.	QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO DE AQUISIÇÃO	PREÇO TOTAL
01	24391	800	Kg	ALFACE (média de 05 pés por kg)	R\$ 14,90	
02	15293	2.000	Kg	BANANA NANICA MADURA (caturra) em ponto de consumo.	R\$ 6,52	
03	24394	400	Kg	CEBOLINHA (média de 05 molhos grandes por kg)	R\$ 14,71	
04	24392	800	Kg	COUVE MANTEIGA (média de 04 molhos por kg)	R\$ 13,93	
05	11626	800	Kg	MANDIOCA Descascada, picada.	R\$ 9,90	
06	24395	800	Kg	QUITANDA CASEIRA KG Biscoito de polvilho, rosquinha, biscoito tipo tareco, broinha, etc. (Cotação por quilo de quitanda)	R\$ 33,49	
07	25421	400	Kg	SALSINHA (média de 06 molhos por kg)	R\$ 14,80	
08	29322	600	Un.	ABACAXI	R\$ 7,26	
09	28283	200	Kg	ESPINAFRE (02 molhos por kg)	R\$ 8,99	
10	20939	14.000	Un.	QUITANDA CASEIRA PORÇÃO UNITÁRIA – 50 G (pão, bolo, porção de rosquinha)	R\$ 2,20	
11	3645	300	Kg	TEMPERO ALHO E SAL	R\$ 19,41	
12	27529	2.800	Un.	MEL EM SACHÊ (10 g a unidade)	R\$ 0,96	
13	27509	30	Kg	FUBÁ DE MOINHO D'ÁGUA	R\$ 5,84	



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

14	27533	20	KG	CANJQUINHA	R\$ 5,59	
15	27939	1.500	Un.	MILHO VERDE NA PALHA AGRICULTURA FAMILIAR Milho verde em espiga (unidade), macio, pronto para consumo cozido.	R\$ 1,83	
16	22011	350	L	JABUTICABA Fruta da época	R\$ 4,50	
17	25420	80	Kg	REPOLHO AGRICULTURA FAMILIAR Verde ou roxo.	R\$ 3,66	
18	26362	80	Kg	CENOURA AGRICULTURA FAMILIAR	R\$ 5,95	

CLÁUSULA TERCEIRA – ENTREGA

3.1. Os produtos serão recolhidos nas propriedades familiares pelo veículo de transporte da Secretaria de Educação, cabendo ao produtor familiar a aferição e registro das quantidades solicitadas previamente pela Nutricionista. Em caso de impossibilidade do recolhimento, devido a motivos diversos ou de força maior, poderá ser solicitado ao produtor que realize a entrega diretamente na Secretaria Municipal de Educação.

3.2. Os alimentos serão solicitados de forma parcelada, respeitando-se a sazonalidade e a capacidade de produção dos agricultores, conforme cronograma de entrega mensal (entregas com periodicidade semanal) e ordem de fornecimento emitidas em até 05 (cinco) dias corridos com a antecedência a data de entrega. As entregas serão agendadas para as segundas-feiras de cada semana.

3.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos e aceitos pela Administração.

3.3.1. Para os fins previstos neste item o(a) Contratado(a) deverá protocolar o seu pedido devidamente justificado antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

3.4. Os produtos deverão ser entregues frescos, íntegros, tamanhos uniformes, sem manchas, apropriados para consumo, conforme o caso, em embalagens adequadas e nos dias e horários definidos pela fiscal do contrato.

3.5. Os produtos entregues de má qualidade ou que não atenderem às especificações solicitadas, serão devolvidos imediatamente a Contratada para substituição.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento dar-se-á em até 10 (dez) dias posteriores ao fornecimento dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal, e com aceite da fiscal do contrato e depósito bancário na Agência _____, Conta-Corrente _____ do Banco _____.

4.2. As notas fiscais ou documentos que a acompanhem, para fins de pagamento, que apresentarem incorreções, serão devolvidos ao(à) Contratado(a) e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da representação dos documentos válidos pelo Contratante.

4.3. Em caso de irregularidade(s) na(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), o prazo de pagamento será contado a partir do recebimento da(s) correspondentes(s) regularização(ões).

4.4. Em nenhuma hipótese será acrescido qualquer outro valor ao pagamento devido pela prestação de serviços decorrentes do objeto contratual.

4.5. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

4.6. Para receber seus créditos a empresa credenciada deverá comprovar a manutenção da regularidade fiscal e tributária que lhe foram exigidas quando da habilitação no credenciamento.

4.7. A administração da PMCA reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao(à) credenciado(a) para ressarcir danos a terceiros.

4.8. Nenhum outro pagamento será devido pelo município ao(à) credenciado(a), seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que o(a) credenciado(a) é o(a) único(a) responsável pelo cumprimento das obrigações legais e regulamentares.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1. O prazo de vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura e **vigerá até 31/12/2024**, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. Obrigações do(a) Contratado(a):

- a) Atender a todas as exigências legais e regulatórias, em especial, ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis;
- b) Fornecer os produtos e serviços dentro dos padrões de qualidade exigidos por lei e de acordo com as especificações contidas no termo de referência;
- c) Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão competente da Prefeitura Municipal, que terá em vista impor rigorosa execução do ajuste;
- d) Manter durante o período de vigência contratual as condições exigidas para habilitação;
- e) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio da Contratada;
- f) Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, encargos trabalhistas e sociais, bem como, acidentes de trabalho, não gerando nenhum vínculo, ficando o Contratante isento de qualquer reclamação decorrente deste.

6.2. Obrigações do Contratante:

- a) Emitir as Ordens de Fornecimento;
- b) Fiscalizar a entrega dos produtos;
- c) Efetuar os pagamentos nos prazos previstos no edital;
- d) Não receber produtos em desacordo com o previsto no edital, podendo rescindir o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;
- e) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.1. As dotações orçamentárias serão as constantes do orçamento do exercício vigente, nas rubricas a seguir da Secretaria Municipal de Educação:

02.03.003 12.306 3004 2.051 3.3.90.30.07 – Despesa Principal nº 201 – Desdobrada nº 1492;

02.03.003 12.306 3004 2.051 3.3.90.30.07 – Despesa Principal nº 202 – Desdobrada nº 1496.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. Fica indicada para fiscalizar a execução do contrato, a Sra. Maria Irene Celino Carvalho, Nutricionista, endereço eletrônico: nutricionista@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31)3832-7243, para acompanhar e fiscalizar a aquisição do objeto, adotando procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas deste instrumento e disposições legais.

8.2. Fica indicada como gestora, a Sra. Alda Batista de Oliveira, Secretária Municipal de Educação, endereço eletrônico: educacao@catasaltas.mg.gov.br e telefone: (31)3832-7243.

8.3. A ação da fiscalização não exonera o(à) Contratado(a) de suas responsabilidades e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelas partes, salvo casos fortuitos ou de força maior, a parte infratora responderá pelas sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14133/21 e Decreto nº 318/2023 de 17 de abril de 2023, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato poderá ser rescindido na forma do disposto no artigo 137 e seguintes, da Lei Federal nº 14133/21, sem prejuízo às sanções aplicáveis e sem que caiba a Contratada direito de qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE / REEQUILÍBRIO DE PREÇOS

11.1. Os preços ofertados são fixos e irrevogáveis durante o período de vigência da proposta 60 (sessenta) dias. O(A) licitante deverá prever a variação do preço do produto entre as safras para não ofertar produto com valor suscetível de alteração e reajuste em curto prazo.

11.2. O reajustamento do preço, quando cabível, se dará em conformidade com o IGP-M, com periodicidade de 12 meses, cuja data-base de sua concessão será a data do orçamento estimado elaborado pela Secretaria Requisitante, nos termos do art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

11.3. O reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação do contrato, quando cabíveis, serão realizados nas formas prescritas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TERMO ADITIVO/RESCISÃO

12.1. A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

13.1. A eficácia do presente instrumento está vinculada à publicação do extrato na imprensa oficial do município, sendo esta de responsabilidade do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O contrato vincula-se as cláusulas avençadas e deverá ser executado fielmente pelas partes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, bem como ao edital e seus anexos.

14.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Bárbara/MG para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução deste contrato.



Prefeitura Municipal de Catas Altas

CIDADE HISTÓRICA E ECOLÓGICA

14.3. E, por estarem justas e acordes, as partes firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Nome do Representante legal
Razão Social da Licitante
Contratada

Maria Irene Celino Carvalho
Nutricionista
Fiscal do Contrato

Alda Batista de Oliveira
Gestora

Saulo Moraes de Castro
Prefeito
Contratante

Testemunhas: _____
